

Política de Privacidade — CALLA Arquitetas

Última atualização: 23 de setembro de 2026

A CALLA Arquitetas, Lda. («CALLA»), NIPC **516 943 677**, com sede na **Avenida de Sabóia, sala 4, n.º 737-A, Monte Estoril, 2765-581 Estoril, Portugal**, é responsável pelo tratamento dos dados pessoais descritos nesta política. Contacto para assuntos de privacidade: **geral@calla.pt**.

Esta política aplica-se a quem visita o site, contacta a CALLA, pede uma proposta, contrata serviços de arquitetura ou interage com as páginas profissionais da CALLA. A CALLA trata dados de acordo com o Regulamento (UE) 2016/679 (RGPD) e a Lei n.º 58/2019.

1. Dados, finalidades, fundamento e conservação

Situação e dados tratados	Finalidade e fundamento jurídico	Prazo de conservação
Formulário do site, email, telefone ou redes sociais: nome, contactos, empresa, conteúdo da mensagem e anexos	Responder e dar seguimento ao pedido: diligências pré-contratuais a pedido do titular (art. 6.º, n.º 1, al. b), quando se trate de possível cliente; interesse legítimo em responder a outros contactos profissionais (al. f).	Até 12 meses após a última interação, se não houver proposta ou contrato, salvo necessidade documentada de conservar por mais tempo.
Pedidos de proposta: identificação, contactos, dados do imóvel, necessidades e documentos fornecidos	Preparar, negociar e acompanhar propostas: diligências pré-contratuais (al. b) ou interesse legítimo nas relações entre empresas (al. f).	Até 24 meses após o último contacto, se não for celebrado contrato, salvo necessidade de defesa de direitos.
Clientes, representantes e contactos de obra: identificação, contactos, NIF quando necessário, contratos, correspondência e elementos de projeto	Celebrar, executar e acompanhar os serviços de arquitetura: contrato ou diligências pré-contratuais com pessoa singular (al. b); interesse legítimo em gerir contratos com pessoas coletivas e contactos profissionais (al. f); obrigações legais de licenciamento e responsabilidade profissional, quando aplicáveis (al. c).	Durante o projeto e, em regra, até 30 anos após o seu encerramento para a documentação técnica. As versões finais e provas de criação ou titularidade podem ser conservadas por mais tempo enquanto subsistirem direitos patrimoniais de autor da CALLA e a sua conservação for necessária ao exercício ou defesa desses direitos. O arquivo é revisto pelo menos a cada cinco anos; contactos, correspondência e outros dados pessoais dispensáveis são eliminados ou desidentificados mais cedo, quando possível. Obrigações específicas ou litígios podem justificar conservação adicional limitada ao necessário.
Faturas, recibos e suportes contabilísticos	Faturação, contabilidade e cumprimento de obrigações fiscais: obrigação legal (al. c).	10 anos ou o prazo legal que em cada momento seja exigível.
Endereço IP, registos de segurança e dados técnicos necessários ao funcionamento do site	Disponibilizar e proteger o site, prevenir abuso e investigar incidentes: interesse legítimo na segurança (al. f).	Registos técnicos até 90 dias, salvo incidente que justifique conservação limitada por mais tempo. Cookies: ver a Política de Cookies.

Situação e dados tratados	Finalidade e fundamento jurídico	Prazo de conservação
Subscrição de newsletter, se disponibilizada: nome, email, preferências e registo do consentimento	Enviar comunicações promocionais solicitadas: consentimento (al. a) e regras sobre comunicações eletrónicas.	Até retirar o consentimento; registo da subscrição e da retirada pelo tempo necessário para comprovar o cumprimento das regras e respeitar a oposição.
Imagens, testemunhos ou conteúdos que identifiquem pessoas em portefólio, site ou redes sociais	Divulgar projetos e atividade da CALLA: consentimento específico (al. a), quando necessário, ou outro fundamento documentado adequado à situação. A autorização contratual para mostrar um projeto não substitui os direitos das pessoas retratadas.	Até cessar a finalidade ou ser retirado o consentimento, quando este for o fundamento, sem prejuízo de arquivo probatório estritamente necessário.

A CALLA detém direitos patrimoniais de autor relativos a projetos anteriores à sua constituição. A conservação de documentos que comprovem esses direitos não implica a conservação indiscriminada de todos os dados pessoais de antigos clientes, colaboradores ou terceiros, nem dispensa uma base adequada para divulgar fotografias ou dados identificativos. Os direitos pessoais dos autores mantêm a proteção prevista na lei.

A referência à alínea b aplica-se a contratos com o próprio titular dos dados. Nas relações com empresas, os dados dos seus colaboradores e representantes podem ser tratados com fundamento no interesse legítimo da CALLA em gerir essa relação, ponderado com os seus direitos. Pode solicitar informação sobre essa ponderação e opor-se ao tratamento.

2. Dados necessários e origem

A CALLA obtém os dados diretamente de si ou da organização que representa. Também pode recebê-los de outros intervenientes num projeto, como proprietários, projetistas e entidades públicas, quando isso é necessário para a prestação dos serviços. Nos campos de contacto assinalados como obrigatórios, a falta de dados pode impedir a resposta. Dados exigidos para contrato, licenciamento ou faturação podem ser necessários para prestar o serviço ou cumprir a lei; os restantes são facultativos. Evite enviar dados sensíveis ou documentos de identificação pelo formulário geral, salvo se forem estritamente necessários e solicitados em canal adequado.

3. Destinatários e prestadores

Apenas quando necessário, os dados podem ser comunicados a engenheiros e outros projetistas de especialidades, empreiteiros e consultores envolvidos no projeto, câmaras municipais e demais entidades licenciadoras, contabilista, entidades bancárias, autoridades competentes e prestadores de alojamento, correio eletrónico, manutenção informática e armazenamento documental. Cada interveniente recebe apenas os dados necessários à sua função. Quando atua por conta da CALLA como subcontratante, existe um contrato de tratamento de dados nos termos do artigo 28.º do RGPD. A CALLA não cede contactos a parceiros para campanhas próprias sem fundamento válido e informação específica.

4. Transferências internacionais

A CALLA pode usar Microsoft 365/SharePoint e Google Drive. Dependendo dos serviços contratados, localização, suporte e configuração, o acesso ou a transferência de dados para países fora do Espaço Económico Europeu pode ocorrer. Antes de transferir dados, a CALLA verifica o mecanismo aplicável:

decisão de adequação da Comissão Europeia, quando abranja o destinatário e a transferência (incluindo eventual certificação válida no quadro UE-EUA), ou cláusulas contratuais-tipo e medidas complementares quando necessárias. Pode pedir uma cópia ou informação sobre as garantias aplicáveis através de **geral@calla.pt**. Os fornecedores e mecanismos concretos devem ser confirmados nas configurações e contratos em vigor.

5. Redes sociais e ligações externas

A CALLA gere páginas profissionais no LinkedIn, Instagram e Facebook, recebe mensagens e comentários e pode aceder a estatísticas de utilização disponibilizadas pelas plataformas. Trata os contactos recebidos para responder e gerir a presença profissional, com base nas diligências pré-contratuais ou no seu interesse legítimo; quando promove conteúdos, aplica o fundamento indicado na secção 1. As plataformas também tratam dados segundo as respetivas políticas. No âmbito das estatísticas das páginas podem existir situações de responsabilidade conjunta, nos termos dos acordos disponibilizados pelas plataformas; essa responsabilidade não abrange indiscriminadamente todos os tratamentos que as plataformas fazem. Consulte as políticas da plataforma para mais informação e para exercer direitos diretamente junto dela. Os links externos só ficam sujeitos às políticas dos respetivos sites depois de os visitar.

6. Segurança e incidentes

A CALLA restringe acessos às pessoas autorizadas, usa controlos de autenticação, cópias de segurança e medidas técnicas e organizativas proporcionais ao risco, e revê os acessos e prestadores. Se ocorrer uma violação de dados pessoais, avalia o risco e, quando exigido, comunica-a à CNPD e aos titulares afetados nos termos dos artigos 33.º e 34.º do RGPD.

7. Os seus direitos

Pode pedir acesso, retificação, eliminação dos seus dados, limitação do tratamento e portabilidade, quando aplicável; pode opor-se aos tratamentos fundados em interesse legítimo. Quando o fundamento for o consentimento, pode retirá-lo a qualquer momento, sem afetar a licitude do tratamento anterior. Pode fazê-lo por email para **geral@calla.pt** ou por carta para a morada acima. A CALLA só solicitará informação adicional para confirmar a identidade se tiver dúvidas razoáveis. Responderá sem demora injustificada, em regra no prazo de **um mês** após receber o pedido, prorrogável por mais dois meses em casos complexos, com informação sobre a prorrogação. O exercício dos direitos é gratuito, ressalvadas as exceções previstas na lei.

Pode apresentar reclamação à **Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD)**, em www.cnpd.pt, sem prejuízo de recurso judicial. A CALLA não toma decisões exclusivamente automatizadas com efeitos jurídicos ou igualmente significativos relativamente aos tratamentos aqui descritos.

8. Alterações

A CALLA poderá atualizar esta política quando os tratamentos ou a lei mudarem. A versão publicada indicará sempre a data da última atualização. Para informações sobre tecnologias instaladas no seu dispositivo, consulte a [Política de Cookies](#).